

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

História resgatada

Crimes cometidos durante a ditadura militar e encobertos por mais de meio século são desvelados pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara

Págs. 4 e 5

Foto do monumento Tortura Nunca Mais, na Rua da Aurora (Centro do Recife)

FOTO: JARBAS ARAÚJO

Público x Privado

Deputados pernambucanos questionam propostas federais para desestatizar empresas públicas.

Pág. 3

Suas na berlinda

Corte no orçamento federal de Assistência Social preocupa beneficiários e mobiliza parlamentares.

Pág. 6

HIV/Aids em PE

Indivíduos entre 20 e 39 anos são os principais atingidos pela infecção, que causou mais de 400 mortes no Estado em 2017.

Pág. 7

Cultura na Alepe

Confira registros de manifestações artísticas que passaram pelo Parlamento Estadual ao longo deste ano.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

■ Natal da União

Desde o começo de dezembro, a Alepe recebeu iluminação especial em alusão às festas de fim de ano. A Casa também promoveu a Campanha Natal da

União, com foco na arrecadação de brinquedos que foram doados para orfanatos do Grande Recife. A decoração natalina permaneceu até o dia 6 de janeiro.



KEROL CORREIA

■ Medalha Leão do Norte

O ex-governador Roberto Magalhães, o líder religioso Ivo de Xambá, o ex-deputado estadual Valdeir Batista, a oncologista Vera Moraes, a atleta Érica Sena e a Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) foram contemplados com a Medalha Leão do Norte, Classe Ouro, de 2017. A honraria foi concedida em Reunião Solene no dia 29 de novembro. “É nossa forma de agradecer pelo importante trabalho realizado em prol de Pernambuco”, destacou o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

■ Bicentenário da Revolução

Pessoas e instituições que contribuem para a preservação da cultura e da história do Estado receberam a Medalha Comemorativa do Bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817. O prêmio foi entregue a 23 agraciados, em solenidade no dia 11 de dezembro.

■ Seminário de Educação

“A Educação no Bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817” foi o tema do 6º Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo. O encontro, realizado a cada dois anos, pela Comissão de Educação, reuniu quase 200 representantes do segmento para debater os desafios pedagógicos atuais.

■ Incentivo à adoção

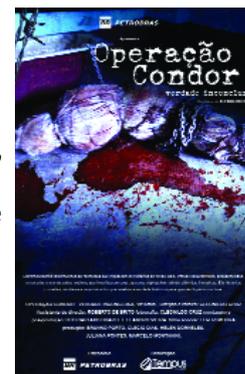
Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário de Pernambuco se uniram para estimular a adoção e o apadrinhamento. Até janeiro, a campanha “Adote: adotar é saber deixar alguém te amar” será veiculada em rádios, TVs e jornais, além de sites e redes sociais dos órgãos parceiros.

EM FOCO

Militarismo transnacional

No contexto da Guerra Fria (1945-91), governos comandados por militares na América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – criaram um sistema secreto para compartilhar dados de inteligência. A articulação, com apoio logístico e financeiro dos Estados Unidos, recebeu o nome de “Operação Condor” e promoveu operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. Posteriormente, Peru e Equador entraram no acordo político-militar.

Esse momento histórico foi resgatado pelo historiador e cineasta pernambucano Cleonildo Cruz, que realizou mais de 40 entrevistas em seis países, ao longo de dois anos e meio, para realizar o documentário *Operação Condor, Verdade Inconclusa*. “Precisamos lutar pela memória, verdade e justiça. Não podemos aceitar que os agentes do Estado que agiram criminalmente – prendendo, torturando, assassinando e desaparecendo com corpos de pessoas – não sejam responsabilizados”, ressalta Cruz.



Fique Sabendo

Lançado em 2015, no Chile – onde a operação foi instituída –, o filme já foi apresentado no Uruguai e, no Brasil, percorreu Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Para 2018, estão previstas exposições na Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru. Assista ao trailer:



VOCÊ NA ALEPE

“O caos no transporte público atinge todo mundo, mas parece que a gente só se lembra de falar de política de mobilidade urbana quando a passagem aumenta, em janeiro. É importante que a Alepe tenha o papel de mediar esse conflito.”



Camila Fernandes

Integrante da Rede Meu Recife, durante audiência pública realizada pela Comissão de Negócios Municipais, no dia 8 de novembro, para debater a situação dos transportes públicos em Pernambuco.

“Viemos à Casa do Povo para discutir a eventual privatização da Copergás. O debate é para despertar a sociedade e mostrar o quanto essa companhia é importante para nosso desenvolvimento econômico.”



Thiago Gomes

Delegado do Sindicato de Petroleiros de Pernambuco e Paraíba, que participou do Grande Expediente Especial realizado em 6 de novembro, para discutir a situação da Companhia Pernambucana de Gás (Copergás).

“A família tem que estar em primeiro lugar. Nós viemos mostrar que podemos colocar na sociedade, novamente, pessoas que estão excluídas por causa do vício em drogas. É muito gratificante participar de um evento como esse.”



Josenildo Tavares

Funcionário público e voluntário da Casa de Recuperação Projeto de Deus, no Grande Expediente Especial em comemoração ao Dia Nacional da Família, promovido em 7 de dezembro.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecerem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



● BALANÇO

Desestatizações em pauta

Ao longo de 2017, deputados estaduais debateram propostas do Governo Federal com impacto em Pernambuco. Futuro da Chesf é o que mais preocupa

Gabriela Bezerra

Uma série de desestatizações em setores estratégicos do País foi anunciada, em 2017, pelo presidente Michel Temer, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O tema não passou despercebido na Alepe, que sediou debates em defesa da manutenção do controle estatal de empresas sediadas em Pernambuco, como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), e até mesmo do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre. A possibilidade de reestruturações em bancos públicos também ganhou resistência de parlamentares estaduais, que articularam a criação de duas frentes para discutir a política federal.

Criado a partir da Medida Provisória nº 727/2016, convertida em lei, o PPI foi apresentado como alternativa a um “ciclo vicioso” de aumento do desemprego e perda de renda da população. A motivação anexa à MP diz, ainda, tratar-se de uma ação de “caráter emergencial” para implementar medidas que estimulem o crescimento da economia e a geração de empregos. Nesse sentido, visa fortalecer a interação entre Governo Federal e a iniciativa privada para criar cenário favorável ao investimento em infraestrutura no País.

Em agosto, o anúncio da privatização da Eletrobras repercutiu na Casa, já que a estatal controla a Chesf, responsável pelo abastecimento de 80% dos municípios nordestinos. A companhia, criada em 1961, é composta por 29 hidrelétricas, 15 termelétricas e duas usinas nucleares. Além da Chesf, tem o controle de outras cinco subsidiárias e detém metade do capital da Itaipu Binacional. O Ministério de Minas e Energia argumentou, em nota, que “as dívidas e o ônus do passado se avolumaram e exigem uma mudança de rota para não comprometer o futuro da empresa”.

Liderada pelo deputado Lucas Ramos (PSB), a Frente Parlamentar em Defesa da Chesf elaborou uma Ação Popular com o objetivo de suspender a privatização. “Acredita-



RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE

Possível privatização da Chesf motivou audiências e criação de Frente Parlamentar

mos ser necessário um debate amplo da situação da Chesf, favorecendo os usos múltiplos das águas do Rio São Francisco”, resume.

Outros deputados da Alepe expressaram, em Plenário, preocupações com a proposta, assim como o governador Paulo Câmara. Em dezembro, o chefe do Poder Executivo Estadual lamentou o fato de Temer não ter respondido a uma carta elaborada pelos governadores do Nordeste, que se manifestaram contra a privatização. “Não recebemos nenhuma explicação. Isso mostra, claramente, qual é o olhar que se tem para o Nordeste”, disse, em evento público.

Paralelamente, o Decreto Presidencial nº 9.180/2017 colocou o maior aeroporto de Pernambuco como um dos carros-chefe de um pacote de desestatização que abarca outros 12 terminais aeroviários brasileiros. Em novembro, a deputada Teresa Leitão (PT) solicitou audiência pública sobre o tema. “Estamos vendo um processo de privatização do Estado brasileiro. Administrativamente falando, a Assembleia não tem ingerência sobre o tema, mas, politicamente, sim. E nós vamos dar força ao movimento nacional, empenhado em lutar contra essas privatizações”, declarou.

Funcionário da Infraero, Jonatas Mesquita citou o Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), como um caso fracassado de desestatização. O equipamento será devolvido ao Governo Federal para nova licitação. “As concessões estão colocando em risco a sustentabilidade do sistema aéreo. Querem

entregar um patrimônio estratégico ao desenvolvimento do País para estrangeiros, que não têm nenhum compromisso com a integração nacional, e para empresas brasileiras pouco confiáveis, envolvidas em denúncias de corrupção”, afirmou, durante o encontro. Também aeroportuário, Sérgio Farias destacou o compromisso da população: “Conseguimos ligar Bagé (RS), na fronteira com o Uruguai, e Tabatinga (AM), ao resto do Brasil.”

Já a Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos foi instalada no dia 12 de dezembro, após realização de audiência pública pela Comissão de Administração. Durante a discussão, foi verificada preocupação com a continuidade da política habitacional, caso bancos como a Caixa Econômica Federal percam o caráter público. Na avaliação da presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Suzineide Rodrigues, os balanços contestam o argumento de que as instituições estão dando prejuízo: “No primeiro semestre deste ano, a Caixa teve lucro de R\$ 4,1 bilhões, um aumento de 104% em relação a 2016. O Banco do Brasil atingiu R\$ 5,2 bilhões”.

“A pauta das privatizações é atual e tem preocupado bastante. A Casa tem que se envolver nesse tema”, opinou Teresa. Ela alertou, ainda, que processos semelhantes estão sendo desenhados para empresas geridas pelo Estado, como as companhias pernambucanas de Saneamento (Compesa) e de Gás (Copergás).

Documento Histórico

Alepe guarda registros do Golpe de 1964

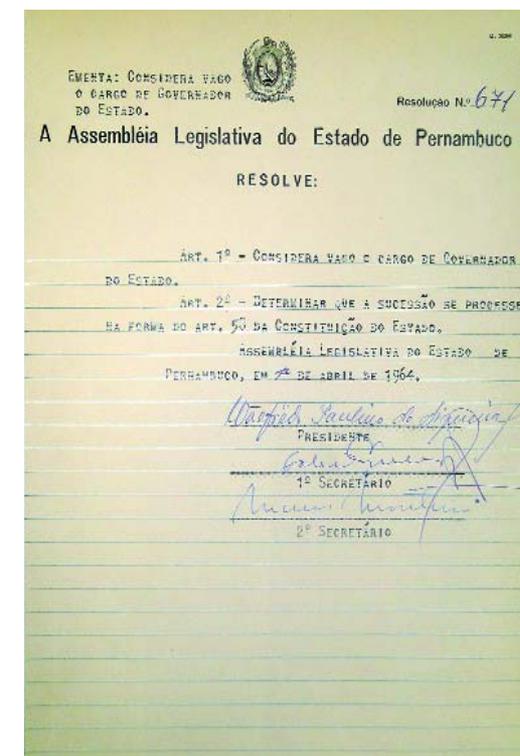
O cenário político pernambucano não passou ileso ao Golpe Civil-Militar de 1964. Miguel Arraes de Alencar, eleito governador em 1962, foi intimado a renunciar ao cargo para evitar a prisão. Negou-se a fazê-lo, sendo detido no dia 1º de abril de 1964 e, posteriormente, exilado.

A necessidade de nomeação de um novo administrador estadual motivou a realização de reuniões extraordinárias na Assembleia Legislativa. O objetivo dos encontros era votar o Projeto de Resolução nº 996, que originou a Resolução nº 671, considerando vago o cargo e definindo o sucessor de Arraes.

Essa proposição e as atas das reuniões extraordinárias podem ser consultadas pelo público no Arquivo Geral da Alepe, gerido pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Também fazem parte desse acervo o ofício emitido pelo Ministério da Guerra - assinado pelo comandante da 4ª Região Militar do Exército, general Justino de Alves Bastos - comunicando a saída de Miguel Arraes do Governo do Estado.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Projeto de Resolução nº 996, de 1º de abril 1964. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



HISTÓRIA

Passado a limpo

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara esclarece crimes cometidos durante o Regime Militar e ocultados por mais de 50 anos

André Zahar

Centenas de pessoas que passavam, no início de abril de 1964, por Casa Forte, Zona Norte do Recife, testemunharam uma cena de circo romano. Com três cordas amarradas no pescoço, um homem sexagenário, sem camisa e com sangramentos no corpo, era arrastado por militares enquanto, aos gritos, um oficial do Exército incitava o público ao linchamento e anunciava o enforcamento, a ser realizado na praça do bairro.

Sob o domínio deles estava o ex-deputado federal constituinte Gregório Lourenço Bezerra, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), preso na véspera, pouco após o Golpe Civil-Militar que depusera o presidente João Goulart e prendera o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. A execução pública foi impedida pela madre superiora do Colégio Sagrada Família. Ela avisou ao bispo-auxiliar de Dom Helder Camara, Dom José Lamartine, que telefonou ao comandante do 4.º Exército pedindo clemência.

Esse episódio de tortura foi um dos raros momentos públicos de arbítrios que seriam praticados, nos anos seguintes, longe dos olhares da sociedade, em locais como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e o Destacamento de Operações de Informação (DOI) do 4.º Exército, ambos no Centro do Recife. Uma parte significativa das violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos,

naquele período, em Pernambuco – ou mesmo fora do Estado, contra pernambucanos – foi trazida à luz pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara (CEMVDHC).

O grupo de trabalho foi criado pela Lei Estadual nº 14.688/2012, proposta pelo ex-governador Eduardo Campos e aprovada na Alepe. Até o encerramento das atividades, em dezembro de 2016, foram recolhidos 157 depoimentos e realizadas 90 sessões, públicas e reservadas. E, por meio da coleta de documentos e perícias técnicas, os assessores e voluntários da comissão buscaram esclarecer fatos ocorridos entre 1946 e 1988, em Pernambuco e em cinco outros Estados.

Fernando Santa Cruz foi uma das 51 vítimas que tiveram a trajetória historiada no relatório da comissão (ver outras no quadro da página 5). Aos 26 anos, o estudante e funcionário público que atuava na Ação Popular Marxista-Leninista (APML) foi sequestrado no sábado de Carnaval, em 1974, no Rio de Janeiro. Deixava a casa do irmão, Marcelo Santa Cruz, para visitar o companheiro de militância Eduardo Collier – também vítima de desaparecimento forçado. Por mais de 40 anos, os irmãos e a mãe dele, Elzita, denunciaram o fato a organismos e líderes nacionais e internacionais, e buscaram, sem sucesso, informações oficiais sobre o caso.

A CEMVDHC, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), obteve documentos do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) que demonstram que

Fernando e Eduardo estavam sendo monitorados dias antes, em uma operação que visava “neutralizar Jair Ferreira de Sá” (um dos principais dirigentes da organização). O grupo de trabalho ainda colheu o depoimento de Cláudio Guerra, ex-delegado do Dops no Espírito Santo, que indicou que os dois estariam entre as vítimas incineradas na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ).

Para Marcelo, embora não tenha sido possível esclarecer todas as circunstâncias dos crimes de sequestro, tortura, morte e ocultação de cadáver, o trabalho das comissões “estabeleceu a cadeia de comando”, que, segundo ele, ia da Presidência da República até as delegacias onde eram cometidas as violações. “No exame dos relatórios, fica exposta toda a estrutura repressiva militar colocada a serviço de ações criminosas clandestinas, do conhecimento e orientação dos órgãos de inteligência e operacionais”, observa. Para ele, o desafio agora é individualizar as responsabilidades, a fim de que os culpados sejam punidos.

O grupo também consultou o ex-presos político Carlos Alberto Vinícius do Nascimento. Preso durante nove anos, foi ouvido como testemunha da tortura e morte de Odijas Carvalho de Souza. Os dois se conheciam do movimento estudantil e se reencontraram no Dops, em fevereiro de 1971. Souza, que era militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), morreu em consequência de 17 horas de espancamento e foi sepultado



Irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz, Marcelo quer punição

como indigente no Cemitério de Santo Amaro, no Recife. O trabalho da comissão não apenas desmentiu a versão oficial dada à época – de morte por embolia pulmonar –, como obteve, junto à Justiça estadual, a retificação do atestado de óbito para “homicídio por lesões corporais múltiplas decorrentes de atos de tortura”.

Nascimento, que esteve na cela vizinha à de Odijas, descreve aquele momento como um dos mais dolorosos da vida dele. Além do depoimento à CEMVDHC, ele entregou um relato feito em 1978, quando ainda cumpria pena no presídio de Itamaracá. Nele, conta ter emprestado uma calça para proteger as pernas do amigo, que estavam em carne viva – e, justamente por isso, eram ainda mais golpeadas. “Essa calça, minha mãe levou para Juazeiro do Norte e deixou aos pés do Padre Cícero. Foi um negócio tão absurdo, queriam que ele falasse até coisa que não sabia. Bateram demais”, recorda.

Para o sobrevivente, a anistia aos torturadores e a forma como se deu a transição para a democracia no País, nos governos Figueiredo e Sarney, impediram que as Comissões da Verdade brasileiras avançassem, tal como na Argentina, no Chile e no Uruguai. Ainda assim, na avaliação dele, o trabalho terá valor documental para as futuras gerações. “O Brasil, a rigor, não saiu da ditadura, pois não houve redemocratização. O que acontece hoje, como a violência da polícia, é porque nunca foram questionados os métodos utilizados naquela época”, opina.

Além das biografias dos mortos e desaparecidos políticos, o relatório final detalha a estrutura da repressão em Pernambuco e reúne informações sobre chacinas, desaparecimentos e assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais. Também investiga fatos como a interferência do capital estrangeiro em eleições no Brasil, apurada em 1963 pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), na Câmara dos Deputados. Os autos foram arquivados pela Mesa Diretora da época e mantidos em sigilo até 2014.

O relatório destaca, no entanto, a dificuldade de restaurar os fatos, em razão dos muitos anos transcorridos até o início da investigação. Os obstáculos foram ainda maiores porque agentes da repressão destruíram provas, alteraram cenários das ocorrências e tentaram ocultar responsabilidades. Para Fernando de Vasconcellos Coelho, presidente da CEMVDHC e deputado federal pelo MDB no período militar, o colegiado “produziu mais do que se podia imaginar e menos do que se desejava”.

“Não conseguimos esclarecer tudo, como a morte de Fernando Santa Cruz, mas conseguimos documentação que não esperávamos, como a do Ministério das Relações Exteriores provando o trabalho que o Governo brasileiro fez para impedir que Dom Helder recebesse o Prêmio Nobel da Paz, e a comprovação do sequestro e assassinato do Padre Antônio Henrique”, diz o professor de Direito.

JARBAS ARAÚJO



o dos culpados

Ele acentua que a Comissão da Verdade de Pernambuco foi a primeira do Brasil criada por lei: “A partir de agora, a versão oficial passa a ser a que foi provada documentalmente pelo nosso trabalho, pela comissão nacional e por outras instaladas no País”.

Entre as recomendações do grupo está a criação do Memorial da Democracia de Pernambuco. De acordo com o secretário-executivo de Coordenação da Casa Civil de Pernambuco, Marcelo Canuto, as tratativas para a construção do espaço não avançaram, e a crise financeira provocou o adiamento do projeto. “O memorial teria o papel importante de deixar a documentação num local aberto ao público para pesquisa e consulta. Mas isso já está ocorrendo, no Arquivo Público Estadual, onde o material se encontra, inclusive, para aqueles que desejarem requisitar reparações moral ou financeira”, explica. Parte do acervo está disponível no site www.comissaodaverdade.pe.gov.br.

No dia 4 de dezembro, a Alepe realizou uma Reunião Solene em homenagem aos integrantes da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara. Autor da iniciativa, o deputado Isaltino Nascimento (PSB) assinalou que o trabalho de resgate “irá marcar para sempre algo que se procurou esconder e até negar que existiu”. “Agradecemos a dedicação em deixar o passado devidamente apurado, para que o período mais sombrio da história brasileira não se repita e não ressurgir”, expressou.

BIOGRAFIAS

Anatália Melo Alves

Costureira

Casada com o militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) Luiz Alves Neto, usava o método Paulo Freire para alfabetizar trabalhadores rurais. Em dezembro de 1972, horas depois da prisão do marido, é levada para o prédio do 4º Exército, no Recife, onde sofre tortura e violência sexual. Morre em 22 de janeiro de 1973. Segundo versão oficial, tirara a própria vida usando a alça de uma bolsa e ateando fogo às vestes. A família não recebeu a certidão de óbito.

>>> A CEMVDHC requereu a reavaliação do laudo pericial. O relatório técnico concluiu que Anatália foi vítima de homicídio por estrangulamento e que o fogo serviu para “encobrir a prática sexual, por hipótese, o estupro”. Uma nova certidão de óbito foi entregue à família em março de 2015, na presença do governador Paulo Câmara, em solenidade alusiva ao Dia Internacional da Mulher.



Antônio Henrique Pereira da Silva Neto

Padre e educador

Trabalhava como professor em colégios do Recife quando, a convite de Dom Helder Camara, assume a Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife. Nunca militara em partidos políticos, mas passa a ser perseguido e considerado “subversivo” por denunciar a repressão e defender a justiça social. Na noite de 26 de maio de 1969, é visto vivo pela última vez. Na manhã seguinte, o corpo dele é encontrado na Cidade Universitária com marcas de tortura e execução.

>>> A investigação da CEMVDHC, em parceria com a CNV, obtém documentos inéditos que desqualificam a versão oficial da época (crime comum cometido por usuários de drogas). O relatório final aponta o envolvimento de jovens paramilitares pertencentes ao Comando de Caça aos Comunistas, de investigadores da Polícia Civil e de um promotor público, assim como uso de veículo da polícia no sequestro.



David Capistrano da Costa

Ex-deputado estadual

Militante do Partido Comunista Brasileiro, participa da Intentona Comunista em 1935, quando é detido. Foge do presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro, e se integra às brigadas internacionais que combateram o fascismo e o nazismo na Europa. É preso novamente e enviado para um campo de concentração na Alemanha, de onde é libertado após oito meses. De volta ao Brasil, em 1942, é encarcerado mais uma vez, por três anos. Elege-se deputado estadual em Pernambuco, no ano de 1946, e é cassado em 1948 pelo decreto que colocou o PCB na ilegalidade. Após outras prisões e um exílio na Tchecoslováquia, é detido no Rio Grande do Sul e desaparece em 1974.

>>> A CEMVDHC concluiu que, após ser preso, Capistrano foi transferido para São Paulo. Depois, foi mandado ao Rio de Janeiro, onde passou pelo quartel do Exército, na capital, e pela Casa da Morte, em Petrópolis.

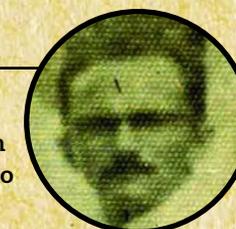


Hiran de Lima Pereira

Jornalista e ator

Concorre em 1945, pelo PCB do Rio Grande do Norte, à Assembleia Nacional Constituinte. É o mais votado em Natal, mas não se elege. Após a cassação da legenda, muda-se para o Recife, passando a atuar como jornalista e no movimento sindical. Foi secretário municipal nas gestões de Miguel Arraes, Pelópidas Silveira e Liberato Costa Júnior. Como ator, integrou o Teatro Popular do Nordeste (TPN), liderado pelo diretor Hermilo Borba Filho. Perseguido pela ditadura, migra para o Rio de Janeiro em 1966 e, depois, para São Paulo. Clandestino, desaparece em janeiro de 1975. No mesmo dia, a esposa dele é sequestrada pela Operação Bandeirantes (Oban).

>>> O relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade indicou que a morte de Hiran pode ter ocorrido em consequência da Operação Radar, deflagrada contra os membros do Comitê Central do PCB.



Manoel Aleixo da Silva (Ventania)

Trabalhador rural

Quando vaqueiro no Engenho Cruz (São Lourenço da Mata), em 1963, é eleito delegado sindical e afastado das funções, passando a cortar cana. No ano seguinte ao golpe civil-militar, passa a ser perseguido. Torna-se militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Em 26 de novembro de 1969, é preso em Água Preta e levado ao Recife, sendo torturado por agentes policiais. Foi libertado no final de 1970. Na versão oficial da polícia, morreu em tiroteio na cidade de Ribeirão.

>>> A CEMVDHC afirma que Ventania foi preso novamente em 28 de agosto de 1973, na residência dele, em Joaquim Nabuco. No dia seguinte, teria sido assassinado por agentes da repressão. Em testemunho à comissão, o ex-delegado do Dops-ES diz ter sido recrutado para prestar serviço ao SNI, tendo, numa dessas ocasiões, assassinado Manoel Aleixo no Recife. O grupo recomenda ao Ministério Público investigar os autores do crime e buscar os restos mortais da vítima.



● ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pelo direito ao mínimo

Ameaça à oferta de serviços para pessoas em situação de pobreza extrema mobiliza políticos e profissionais do setor

Luciano Galvão Filho

Aposentada Aparecida de Oliveira, 69, exibiu os documentos na pequena recepção do Centro de Atenção em Assistência Social (Cras) do Pina, na Zona Sul do Recife. Apesar do mobiliário simples e da visível necessidade de reparos, o espaço abrigava com algum conforto as pessoas que, assim como ela, esperavam seguir recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – um auxílio de um salário mínimo pago a quem não tem renda suficiente para se manter nem pode ser amparado pela própria família.

“Eu sou muito nervosa, tenho diabetes e tudo, então fico nesse apertado”, dizia a aposentada, moradora do bairro, enquanto a atendente lhe explicava que, por conta da demanda superior à capacidade de atendimento, ela teria de voltar ao Cras dois dias depois para concluir o cadastramento. “Seja o que Deus quiser, não é?”

Quase dois milhões de famílias em Pernambuco podem ver fechados os espaços como aquele em que dona Aparecida recebia atendimento. Em meio à contenção de gastos proposta pelo Governo Federal, um projeto em tramitação no Congresso Nacional pode apertar radicalmente o orçamento dos serviços de assistência social no Brasil. A medida, sugerem especialistas, deve deixar praticamente sem atendimento os mais de 26 milhões de famílias de baixa renda no País.

Os serviços de assistência social pretendem oferecer proteção a quem está em dificuldades – seja por situações inesperadas (como desastres naturais), seja porque os rendimentos da família não suprem as necessidades básicas. A mais conhecida dessas políticas é o Bolsa Família, mas as ações envolvem também programas para preservação de laços familiares, enfrentamento à exploração sexual de

crianças e adolescentes, erradicação do trabalho infantil e prevenção ao uso de drogas.

Também estão entre as iniciativas a inclusão social de idosos que sofreram violações de direitos, o acompanhamento de pessoas em situação de rua e o acolhimento de indivíduos afastados dos seus núcleos familiares. Atenção a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, enfrentamento a calamidades públicas, visitas a locais de difícil acesso e mesmo promoção de arte, cultura e lazer nas comunidades onde a oferta desse tipo de atividade é precária completam a lista de ações.

Todos esses focos de atenção estão organizados no Sistema Único de Assistência Social (Suas), que, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), envolve a União, os estados e os municípios. Na maioria das cidades, no entanto, praticamente todo o custeio dos centros onde a população é atendida depende do dinheiro que chega do Governo Federal.

“Os recursos federais são o grande sustentáculo do Suas”, resume a dirigente do Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (Cress-PE), Priscila Cordeiro. “Com os cortes propostos, fica ameaçada a proteção a uma parcela da população que vivencia situações de violência, com histórico de vulnerabilidade e em situação de extrema pobreza. São pessoas que nunca tiveram a devida atenção do Estado e que deixarão de acessar uma série de direitos”, aponta.

“É uma situação bem delicada para um momento de crise e de desemprego”, alerta a secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Recife, Ana Rita Suassuna. A gestora estima que, mesmo na Capital, que dispõe de um caixa mais confortável em relação às pequenas cidades, deixar de receber repasses da União representaria “um abalo significativo”.

“O orçamento do município ficaria comprometido para manter



Aparecida teme não conseguir se recadastrar para receber o BPC: “Seja o que Deus quiser”

o que temos hoje”, avalia a secretária, que prevê em 30% a participação dos recursos federais no custeio da assistência social no Recife. Ela destaca que, longe dos grandes centros urbanos, a realidade é ainda mais severa. “Os municípios de pequeno porte, que são a maioria, vivem unicamente da verba do Suas e, sem ela, devem fechar os serviços. Isso vai quebrar uma rede que atende justamente a população que mais precisa.”

Além do custeio da assistência social, o Suas articula os esforços para a execução da política nacional do setor. A desmobilização dessa instância, que centraliza as ações, pode criar as condições para a volta

de práticas de assistencialismo associadas a grupos políticos locais, pontuam as entrevistadas.

“As pessoas ficam sem alternativa. Podemos deixar de ter ações planejadas de combate à extrema pobreza para retroceder a um paradigma de caridade, de doações pontuais, que não atingem o cerne do problema”, teme a presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Pernambuco, Penélope Andrade.

“Podemos ver o retorno de costumes muito fortemente ligados a oligarquias, porque quem vai custear a assistência são os ‘coronéis’, e quem vai operacionalizar as ações, as primeiras-damas. É um

cenário muito tenebroso”, analisa Priscila Cordeiro, do Cress-PE.

REAÇÕES

O encolhimento nos valores previstos para o Suas pode chegar a 98%. Segundo o Projeto da Lei Orçamentária Anual enviado ao Congresso Nacional em agosto, dos mais de R\$ 3,5 bilhões à disposição da assistência social em 2017, apenas R\$ 78 milhões estariam previstos para a proteção às famílias em situação de vulnerabilidade em 2018.

A severidade dos cortes e a mobilização dos trabalhadores do setor chamaram a atenção de parlamentares. Houve pressão pela recomposição do orçamento da área, e o movimento obteve o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social no sentido de garantir os recursos para 2018 no mesmo montante do ano anterior.

“Estamos conseguindo resultados objetivos com as lutas que nos dispomos a fazer”, comemora o deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE), que coordena, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa do Suas. O socialista também apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição, ainda em tramitação, para garantir que 1% das receitas da União seja aplicado na assistência social. “Não estamos preocupados apenas com a recomposição para 2018, mas também com o processo no decorrer dos próximos anos.”

A articulação em torno da questão envolveu o Legislativo Estadual. Em setembro, a Alepe recebeu ato promovido pelos profissionais da assistência social no Estado. Em outubro, a Casa criou, por requerimento do deputado Aluísio Lessa (PSB), a Frente Parlamentar em Defesa do Suas. O coordenador da iniciativa planeja levar, a todas as regiões do Estado, discussões sobre a importância do tema. “Falta legitimidade ao Governo Federal, e as pessoas mais desfavorecidas não podem pagar esse preço”, defende Lessa.

● DEZEMBRO VERMELHO

Perigo à espreita

Faixa etária entre 20 e 39 anos é a mais atingida por novas infecções de HIV/Aids em Pernambuco

Isabela Senra

No final da década de 1970, foram registrados os primeiros casos da infecção que viria a ser identificada, anos depois, como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – mais conhecida pela sigla em inglês, Aids. Era o começo da epidemia que já matou mais de 35 milhões de pessoas em todo o mundo, segundo a Unids, programa global da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicado ao assunto.

Em Pernambuco, desde o primeiro registro, em 1983, até outubro de 2017, foram contabilizados 25 mil casos da infecção e mais de dez mil mortes decorrentes da doença, sendo 421 delas neste ano. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), somente em 2016, houve 1.104 novas confirmações.

O gerente do Programa de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Aids do Governo do Estado, François Figueiroa, afirma que a contaminação se concentra, atualmente, em indivíduos com idades entre 20 e 39 anos. “O maior percentual de casos em Pernambuco está nessa faixa etária. O jovem é mais expansivo, quer testar novas emoções. Além disso, essa geração não acompanhou o início da epidemia, quando houve muitos óbitos”, analisa o gestor.

O último boletim epidemiológico divulgado pela pasta revela que o referido grupo etário concentra 65,4% dos novos casos registrados entre os anos de 2014 e 2016. Pedro*,

29 anos, faz parte desses números. “Meu ex-companheiro contraiu e me avisou. Pelas minhas contas, já fazia uns cinco anos que eu poderia estar infectado”, relata ele, que descobriu ser portador do vírus apenas em 2017.

O vírus HIV pode ser transmitido pelo contato com sangue infectado, pela relação sexual desprotegida, ou de mãe para filho – durante a gestação ou pela amamentação. A prevenção inclui o uso sistemático de preservativos e seringas descartáveis. Para mulheres que desejam engravidar, a recomendação é fazer o teste de HIV antes ou no início da gestação.

“Não tenho coragem de contar que tenho o vírus. Só sabem minha mãe e meu atual namorado.”

Daniel*
(24 anos)

Se o resultado for positivo, a gestante deve começar imediatamente a tomar o medicamento que impede a infecção do bebê.

Aline*, 28 anos, descobriu que tem o vírus após o segundo parto e, nas gestações seguintes, fez o tratamento. Ela tem quatro filhos, nenhum deles com HIV. Mas, a cada nascimento, Aline interrompia o uso de remédios. “Eu só tomava quando estava grávida, porque eu não aceitava, achava que iria morrer logo, não queria informações. Aprendi muito”, lembra.



FOTO: KEROL CORREIA

Graças ao tratamento, nenhum dos quatro filhos de Aline* contraiu HIV

Chefe do serviço de Doenças Infecciosas Parasitárias do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Paulo Sérgio Ramos explica que o vírus ataca o sistema imunológico, responsável pela defesa do organismo. “Ele tem efeito aditivo, ou seja, vai ampliando a ação ao longo dos anos, o que acarreta o aparecimento de doenças infecciosas e alguns tipos de câncer. Pessoas com HIV/Aids têm maior vulnerabilidade à pneumonia por um fungo específico, além de poder contrair infecções no cérebro, nos pulmões e em outros órgãos”, informa.

Contagiar-se pelo HIV, no entanto, não significa estar doente de Aids. É possível, com medicação, controlar a carga viral e não desenvolver a doença. O infectologista garante que, com acesso ao tratamento fornecido gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS), o paciente pode ter boa qualidade de vida. “Com poucos medicamentos, até um comprimido ao dia, e baixos efeitos colaterais, esses indivíduos podem viver o número de anos a que estão geneticamente determinados. Mas, para isso, precisam adotar um estilo de vida saudável”, esclarece Ramos.

A organização não governamental (ONG) Gestos, Soropositividade, Comunicação e Gênero, com sede no Recife, trabalha na defesa dos direitos humanos de pessoas soropositivas ou vulneráveis às infecções sexualmente transmissíveis e ao HIV. O assessor de projetos da

entidade, Jair Brandão, aponta problemas ocasionais de fornecimento de medicamentos em Pernambuco. “Desde 2014, enfrentamos a falta pontual de antirretrovirais. Os pacientes ficam prejudicados no acesso ao tratamento, que é garantido por lei federal”, lamenta.

Na Alepe, a Comissão Especial de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Hepatites, que atuou em 2015, discutiu essa questão. A presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), lembra que, na época, o problema foi a relação do Governo Estadual com a empresa de distribuição dos medicamentos. “Quando havia qualquer atraso no pagamento, eles paralisavam as atividades, e o Ministério Público de Pernambuco precisou intervir”, recorda. François Figueiroa afirma que os remédios são fornecidos pelo Ministério da Saúde. “Eventualmente, o órgão não tem agilidade para mandar ou enviar os medicamentos em duas parcelas. A SES se esforça para que não chegue a faltar remédios na ponta”, explica.

PRECONCEITO

Há 30 anos, em 1º de dezembro, é celebrado o Dia Mundial de Luta contra a Aids. A data foi instituída em 1987 pela Assembleia Mundial de Saúde e a ONU, para buscar mais solidariedade a quem foi infectado pelo HIV/Aids. O preconceito é o principal motivo pelo qual as pessoas sentem receio de contar a parentes e amigos que têm o vírus. Como ocorre com Aline e Pedro, poucos sabem da infecção de Daniel*, 24

anos, que contraiu HIV com o ex-namorado. “Eu acredito que, até hoje, ele não saiba que tem o vírus. Se sabe, ocultou de mim. Não tenho coragem de contar, até porque foi muito difícil para mim também. As únicas pessoas que sabem são minha mãe e meu atual namorado”, revela.

A enfermeira Roberta Correia atua junto a um grupo de jovens na ONG Gestos. Em encontros semanais, os participantes conversam sobre direitos sexuais e reprodutivos, gênero, raça, entre outros assuntos. A profissional observa diferenças entre adultos e jovens que se descobrem soropositivos. “O jovem se sente congelado, com muitas dúvidas: se vai poder ter filhos, como fazer para tomar a medicação durante um intercâmbio no Exterior. Esse projeto me orgulha, porque vejo como muitos chegam desesperados, pensando até em se matar, e hoje estão bem, sorridentes”, conta, emocionada.

O gestor estadual François Figueiroa reforça que não há motivo para ter medo de alguém com HIV. “Beijar, abraçar, dar carinho, lágrima, suor, saliva, sentar na mesma cadeira, beber água no mesmo copo, nada disso transmite o vírus. Não precisa ter medo, discriminar nem segregar a pessoa. A epidemia que mais maltrata quem tem HIV é a do preconceito.”

SERVIÇO:

Em caso de dúvidas sobre HIV/Aids, deve-se procurar uma unidade de saúde ou acessar o site www.aids.gov.br.

*Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos entrevistados.

● CULTURA

FOTO: KEROL CORREIA



Reunião Solene em outubro celebrou Dia Estadual do Frevo de Bloco

Som e cor na Casa de Todos os Pernambucanos

Em solenidades e reuniões temáticas, manifestações artísticas marcaram presença na Alepe em 2017, reforçando tradições e ressaltando protagonismo do Estado nesse campo

FOTO: JARBAS ARAÚJO



Casa reverenciou Bloco Misto Banhistas do Pina pelo aniversário de 85 anos, em maio



Em novembro, Alepe homenageou centenário da festa Matinê Branca

FOTO: LOURIVAL MAIA



Grande Expediente Especial recebeu, em abril, apresentação do Ballet Jeane Barbosa

FOTO: RINALDO MARQUES



Grande Expediente Especial enalteceu o Mês da Consciência Negra, em novembro

FOTO: SABRINA NOBRECA